



CONGRESSO APROVA MP DO FRETE E ESTABELECE PLANILHA DE PREÇO MÍNIMO

O plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (14), a MP do Frete, que estabelece medidas para endurecer as regras do transporte de cargas e reforçar o cumprimento do piso da categoria. O texto passou pela Câmara no mês passado.

O texto contém um "jabuti" para anistiar caminhoneiros que fecharam as rodovias em 2022, após a vitória de Lula (PT) sobre Jair Bolsonaro (PL) na eleição -o presidente petista deve vetar esse trecho, incluído pelo relator na Câmara, deputado Zé Trovão (PL-SC). "Jabuti", no jargão do Congresso, é um dispositivo de interesse de deputados incluído em uma proposta sem rela-

ção direta com o tema.

A votação ocorre após pressão dos caminhoneiros. Nesta semana, o governo Lula passou a monitorar de forma mais intensa a mobilização do setor diante da ameaça de paralisações em diferentes pontos do país. Em Santos (SP) e Salvador, já houve paralisações para cobrar a aprovação da MP do Frete.

A medida obriga o cadastro prévio das operações de transporte rodoviário remunerado de cargas, através do Código Identificador da Operação de Transporte. O projeto também determina a elaboração de uma planilha de frete mínimo com base em custos operacionais totais. O documento determina que, caso o preço do combustível oscile 5%

ou mais, haja um reajuste em até três dias úteis.

O preço seria ajustado pela ANTT e pela Infra S.A., empresa pública de planejamento e inovação para o setor de transportes.

A MP caduca nesta quinta-feira (16) e, por isso, os senadores evitaram fazer alterações no texto que implicassem o envio da proposta à Câmara novamente. Uma das mudanças promovidas pelo Senado, contudo, foi retirar do texto final da MP o valor do piso salarial nacional de R\$ 5.000 para motoristas profissionais empregados em transporte de longa distância. Neste caso, a ideia é manter o piso, mas sem definição de valor, a ser regulamentado mais à frente.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo estuda elevar faturamento mínimo para análise de fusões no Cade

Lula faz apelo, e Cid Gomes disputará Senado no Ceará para ajudar PT contra Ciro Gomes

Dino aperta fiscalização e diz que só parlamentares podem indicar emendas após casos Valdemar e Cunha

Juros sobre Capital Próprio superam dividendos no 1º semestre de 2026 e batem recorde



Produção de azeite bate recorde e alcança 1,4 milhão de litros em 2026



NO MUNDO

Com foco global no Irã, Ucrânia reabre guerra no mar Negro



Com a atenção global mais uma vez voltada ao Oriente Médio, a Ucrânia ampliou sua guerra assimétrica contra a infraestrutura do rival e levou os combates para o mar, algo que não ocorria havia bastante tempo.

Em nove dias deste mês, 116 navios graneleiros e petroleiros associados direta ou indiretamente ao rival foram alvejados no mar de Azov, uma subdivisão do mar Negro cujas costas são todas controladas por Moscou.

Só nesta madrugada de terça (14), o comando da força de drones ucraniana disse ter atingido 11 embarcações. Não há relatos de mortos ou de perda completa dos navios, mas o

impacto começou a ser registrado no fim de semana.

Exportadores de grãos do sul russo relataram a agências de notícias que o trânsito na região está restrito, o que afeta a chegada de insumos também. Nesta terça, o Ministério da Agricultura russo confirmou o problema e disse que está desviando a produção para outras regiões.

"Dada a significativa capacidade de embarque de carga agrícola de várias regiões, a logística de suprimento será redirecionada se necessário", afirmou o órgão, em nota, negando haver risco de desabastecimento. Já o chanceler Sergei Lavrov disse que Kiev promove "uma campanha terrorista".

Os ucranianos têm tido sucesso na sua campanha com mísseis e drones contra refinarias russas, que geraram falta de combustível em diversas regiões do rival, algo danoso à popularidade do presidente Vladimir Putin.

Nessa terça, Kiev disse ter atingido duas refinarias no sul russo. O governo reagiu impondo uma série de medidas, redistribuindo a rede de fornecimento de derivados, suspendendo a exportação de óleo diesel e anunciando uma rara importação de gasolina.

O dado mais recente do serviço estatístico russo mostra que hoje a capacidade de suprimento à população está em 70% do usual.

Igor Gielow/Folhapress

Irã: chefe de direitos humanos da ONU alerta sobre danos civis em conflito

A retomada das hostilidades entre os EUA e o Irã representa um "enorme retrocesso para os civis na região e além dela", afirmou o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk nesta terça-feira (14).

"Isso mina os esforços de paz e aprofunda a instabilidade, acarretando graves riscos para os direitos humanos em toda a região", disse ele em um comunicado.

Ele acrescentou que os relatos de ataques a infraestruturas civis, somados às hostilidades no Estreito de Ormuz e contra outros países da região, "devem cessar imediatamente".

Türk alertou que as informações sobre o fechamento do Estreito de Ormuz "são muito alarmantes" devido ao potencial "impacto nos direitos humanos muito além da região".

Essa via navegável estratégica "é uma linha vital da qual dependem milhões de pessoas. Interrupções no fluxo de alimentos, me-

dicamentos e outros bens essenciais trazem graves consequências socioeconômicas e humanitárias, tanto ao nível regional quanto global", afirmou.

Washington e Teerã seguem em uma troca de ataques desde o começo do mês. O Irã disparou mísseis balísticos contra uma base aérea dos Estados Unidos na Jordânia nesta terça-feira (14), e os EUA atacaram alvos iranianos durante cinco horas em uma batalha pelo controle do Estreito de Ormuz que elevou os preços do petróleo aos níveis mais altos em quatro semanas.

Türk defendeu a "diplomacia, a contenção e a desescalada", bem como o retorno a um cessar-fogo entre os EUA e o Irã. CNN



Trump diz que recuou sobre pedágio em Ormuz a pedido de nações do Golfo



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta terça-feira (14) que desistiu de um plano para cobrar pedágios sobre as mercadorias que transitam pelo Estreito de Ormuz depois que várias nações do Golfo o aconselharam contra a ideia e, em vez disso, ofereceram investir nos EUA.

"Recebi ligações de várias pessoas, de diferentes países — reis, emires e todas aquelas pessoas que todos nós conhecemos e

estimamos. E elas disseram: 'Gostaríamos muito de fazer isso de outra maneira'", disse o presidente no Salão Oval da Casa Branca.

Trump defendeu sua ideia de cobrar pedágio, mesmo reconhecendo que nenhuma nação deveria cobrar taxas pelo acesso a rotas de navegação. Ele argumentou que sua proposta seria, na verdade, um reembolso pela segurança que os EUA oferecem.

O republicano tem insistido que os EUA não precisam de acesso ao es-

treito, ao contrário de seus aliados, apesar do impacto que o fechamento da via tem sobre os preços do petróleo em todo o mundo.

"Nunca achei justo que nós fizéssemos a segurança do estreito quando, basicamente, não tiramos nada de lá", disse ele, acrescentando que acabou convencido de que a proposta de investimento das nações do Golfo nos EUA era uma ideia melhor. "Isso foi muito satisfatório para mim. Acho que, na verdade, é muito melhor", adicionou. CNN

DATA
MERCANTIL

São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Governo estuda elevar faturamento mínimo para análise de fusões no Cade



O Ministério da Fazenda trabalha em uma proposta para elevar os valores de faturamento que obrigam empresas a submeter operações de fusão e aquisição ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A reportagem apurou que a proposta será levada em breve aos ministros Dario Durigan, da Fazenda, e Wellington Lima e Silva, da Justiça.

Embora o patamar ainda não esteja definido, a equipe econômica trabalha com a possibilidade de aumentar os patamares para cerca de R\$ 2 bilhões para o adquirente e R\$ 200 milhões para o adquirido, segundo técnicos ouvidos pela reportagem. Pelas regras

atuais, o valor é de R\$ 750 milhões e R\$ 75 milhões.

Na prática, a mudança poderia reduzir em até 40% o universo de operações sujeitas ao controle prévio do órgão. Na avaliação desses técnicos, com a dispensa da notificação obrigatória de negócios de menor porte, o foco ficaria mais voltado para transações com maior potencial de afetar a concorrência.

A discussão ocorre após mais de uma década sem atualização dos valores e busca adequar os parâmetros ao crescimento da economia desde a entrada em vigor da Lei de Defesa da Concorrência, em 2012. O texto estabelece que os critérios de faturamento podem ser atualizados por ato conjunto dos ministros

da Fazenda e da Justiça, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional.

A proposta ganhou tração nos últimos meses, já sob a gestão interina de Diogo Thomson na presidência do Cade. Caso haja aval político, a mudança será formalizada por meio de uma portaria conjunta das duas pastas.

A discussão surgiu em 2023, quando o Ministério da Fazenda começou a elaborar o projeto de lei de regulação das big techs, em trâmite no Legislativo. Sem atualização monetária há 14 anos, o Cade analisa operações consideradas desnecessárias, na visão de especialistas. Em 2025, o Cade analisou 873 atos de concentração, ante 712 em 2024.

Folhapress

PIS/Pasep será pago a 4,3 milhões de trabalhadores

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil pagam nesta quarta-feira (15) o sexto lote do abono salarial PIS/Pasep de 2026. Ao todo, 4,34 milhões de trabalhadores nascidos em setembro e outubro estão habilitados a receber o benefício referente ao ano-base 2024.

Segundo o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), serão liberados R\$ 5,4 bilhões neste lote. Do total de beneficiários, 3,84 milhões são trabalhadores da iniciativa privada, que recebem o PIS pela Caixa. Outros 499,5 mil são servidores públicos com direito ao Pasep, pago pelo Banco do Brasil.

O valor do benefício varia de R\$ 136 a R\$ 1.621, de acordo com a quantidade de meses trabalhados em 2024. Quem trabalhou os 12 meses do ano-base recebe um salário mínimo; os demais têm direito ao pagamento proporcional.

Tem direito ao abono quem está inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos, trabalhou com carteira assinada por no mínimo

30 dias em 2024, recebeu remuneração média mensal de até R\$ 2.766 no período e teve os dados informados corretamente pelo empregador no eSocial.

Na Caixa, o pagamento é feito por meio de por crédito em conta-corrente, poupança ou Conta Digital Social, pelo Caixa Tem. Quem não tem conta pode sacar o benefício em agências, lotéricas, caixas eletrônicos e correspondentes Caixa Aqui.

No Banco do Brasil, o Pasep é depositado na conta bancária dos clientes de forma automática. Quem não é correntista pode receber por TED, Pix ou atendimento presencial nas agências, caso não tenha chave Pix cadastrada.

As informações sobre valores, data de pagamento e instituição responsável podem ser consultadas na Carteira de Trabalho Digital e no portal Gov.br.

Folhapress



Juros sobre Capital Próprio superam dividendos no 1º semestre de 2026 e batem recorde



Pela primeira vez desde o início da série histórica iniciada em 2020, os JCP (Juros sobre Capital Próprio) superaram os dividendos na distribuição de proventos (rendimentos distribuídos) pelas empresas listadas na B3 no primeiro semestre do ano, respondendo por 54,3% do total de R\$ 126,7 bilhões pagos aos acionistas.

O valor total dos proventos pagos (R\$ 126,7 bilhões), entretanto, foi o menor desde 2021, tendo recuado 28% em relação ao mesmo período de 2025, após distribuições extraordinárias feitas antes da tributação dos dividendos.

As mudanças, constatadas por análise da fintech Meu Dividendo, ocorrem no primeiro ano de vigência da lei que passou a prever a incidência de 10% de IRRF

sobre os dividendos superiores a R\$ 50 mil por mês recebidos por uma mesma pessoa física de uma mesma fonte pagadora, antes isentos.

Apesar de também serem tributados, os JCP podem ser deduzidos pelas empresas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), dentro dos limites previstos em lei.

Os proventos são valores distribuídos pelas empresas aos acionistas. Eles incluem principalmente os dividendos, que correspondem à parcela do lucro repassada aos investidores, os Juros sobre Capital Próprio, modalidade de remuneração calculada sobre o capital próprio da empresa, além de outras formas de distribuição, como bonificações e restituições de capital.

A redução do valor total dos proventos nesse primeiro semestre não indica, necessariamente, uma piora na capacidade das companhias de remunerar seus investidores. Segundo o levantamento da fintech, o primeiro semestre de 2025 foi impulsionado por distribuições extraordinárias realizadas antes da entrada em vigor da tributação sobre dividendos em 2026.

Em outras palavras, diversas companhias anteciparam para o fim do ano passado a distribuição de parte dos lucros que poderia ser feita em 2026, com o objetivo de não pagar a tributação determinada pela nova lei. Este movimento elevou excepcionalmente os pagamentos em 2025 e tornou a comparação com 2026 mais desfavorável.

Folhapress

POLÍTICA

Lula faz apelo, e Cid Gomes disputará Senado no Ceará para ajudar PT contra Ciro Gomes



O senador Cid Gomes (PSB-CE) decidiu concorrer à reeleição após pedido do presidente Lula (PT). Cid vinha dizendo que não disputaria mais eleições.

Com a decisão, o senador reforçará a chapa do atual governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT). Pesquisas de intenção de voto apontam que Elmano corre risco de não se reeleger. O principal adversário deverá ser o ex-ministro e ex-governador Ciro Gomes (PSDB), irmão de Cid.

O senador teve uma conversa final com Lula no Palácio da Alvorada nesta terça-feira (14). Também participaram Elmano de Freitas, o ministro José

Guimarães (Relações Institucionais) e o senador Camilo Santana (PT-CE), todos cearenses. Durante o encontro, o presidente e Cid posaram para fotos que deverão ser usadas na divulgação da aliança.

"O presidente fez um apelo. Sou um soldado do partido", disse Cid Gomes à reportagem. De acordo com ele, Lula demonstrou estar preocupado com a possibilidade de eleger poucos senadores aliados, o que enfraqueceria a bancada governista no Congresso para um eventual novo mandato do presidente.

"O Cid declarou apoio ao Lula e ao Elmano, e vai ser o nosso candidato a senador em uma das vagas. Atendeu

ao apelo do presidente", disse Guimarães. Segundo ele, ainda falta definir qual será o segundo candidato a senadora na chapa de Elmano.

Além de Cid, os outros senadores do Ceará são Eduardo Girão (Novo) e o próprio Camilo Santana. Girão deverá concorrer ao governo estadual, enquanto Camilo tem mais quatro anos de mandato e não deve se candidatar.

O presidente da República busca resolver as últimas pendências da aliança pela qual disputará a reeleição. O período de convenções partidárias -quando as legendas escolhem seus candidatos e formalizam seus apoios- vai de 20 de julho a 5 de agosto. Folhapress

OAB pede a Moraes que Flávio possa falar com Bolsonaro como advogado

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pediu nesta terça-feira (14) que o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), volte a autorizar o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) a conversar com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a prisão domiciliar.

Na segunda (13), Moraes proibiu Flávio de visitar o pai por 90 dias após entender que o senador descumpriu a medida cautelar que veta o ex-presidente de usar redes sociais, diretamente ou por terceiros, ao divulgar uma carta de Bolsonaro no fim de semana.

Flávio, que é advogado e está inscrito na defesa do pai para ter mais acesso a ele, acionou a Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas da OAB para assegurar o direito de manter contato com Bolsonaro.

Em ofício a Moraes, a Ordem pede para que seja "assegurada a possibilidade de comunicação pessoal e reservada entre o advogado e seu constituinte para finalidades estritamente

profissionais" e nos termos que o ministro entender serem necessários.

"A presente manifestação possui caráter exclusivamente institucional e busca assegurar a observância das prerrogativas da advocacia, sem interferência no mérito da execução penal ou nas medidas determinadas por esse Supremo Tribunal Federal", diz o documento.

A carta por escrito de Bolsonaro foi lida por Flávio durante transmissão nas redes sociais no sábado (11) e também compartilhada em foto após uma visita ao pai, que atualmente cumpre, em casa, a pena de 27 anos e 3 meses de prisão por tentativa de golpe de Estado.

Ao proibir as visitas de Flávio, Moraes disse que o senador usou "expressões com carga semântica equivalente a pedido explícito de voto" e classificou a conduta como "instrumento de promoção política". Folhapress



Dino aperta fiscalização e diz que só parlamentares podem indicar emendas após casos Valdemar e Cunha



O ministro do STF Flávio Dino afirmou nesta terça-feira (14) que a "terceirização" da indicação de emendas parlamentares é "obviamente ilegal". A manifestação ocorre após a PF identificar ações do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e do ex-deputado Eduardo Cunha para manejar o envio desses recursos, mesmo sem mandato.

Relator da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) que questiona a transparência das emendas parlamentares, Dino ainda cobrou ministérios e órgãos do Congresso Nacional, pedindo também manifestações sobre a viabilidade

de novos dispositivos de transparência. Nesse sentido, o ministro afirmou em decisão que "é totalmente anômalo que ex-parlamentares mantenham cotas orçamentárias informais e, diretamente, transmitam ordens para funcionários da Casa Parlamentar".

A PF identificou que Valdemar Costa Neto, sem mandato desde 2013, indicou R\$ 111,8 milhões em emendas de comissão em 2024. Eduardo Cunha, cassado em 2016, teria indicado R\$ 6,1 milhões em emendas. Ambos foram alvos da PF e tiveram bens bloqueados.

"A definição da destinação dos recursos públicos é incompatível com a atuação

de centros informais de deliberação orçamentária, sejam eles integrados por ex-parlamentares, dirigentes partidários ou quaisquer outros agentes privados destituídos de legitimidade para interferir na alocação de recursos públicos, hipótese que se revela ainda mais excêntrica", escreveu Dino na sua decisão.

Além de criticar a indicação de emendas por lideranças políticas sem mandato, Dino determina o compartilhamento de relatórios técnicos da CGU (Controladoria-Geral da União) com a PF. O ministro afirma que eles podem ser juntados a ações já existentes ou para a abertura de novos inquéritos. Folhapress

AGRONEGÓCIO

Produção de azeite bate recorde e alcança 1,4 milhão de litros em 2026



A produção brasileira de azeite de oliva atingiu um novo recorde em 2026, ao alcançar 1,4 milhão de litros, segundo levantamento divulgado nesta terça-feira (14) pelo Ibraoliva (Instituto Brasileiro de Olivicultura). O volume representa um crescimento de 496,7% em relação aos 240,3 mil litros registrados em 2025, ano marcado por condições climáticas adversas, e supera em 123,9% a marca histórica anterior, de 640,2 mil litros, obtida em 2023.

O principal responsável pelo resultado foi o Rio Grande do Sul, que respondeu por cerca de 82% da produção nacional. O estado colheu 1,17 milhão de litros de azeite, alta de 514,8%

na comparação com 2025 e 101,6% acima do recorde estadual registrado em 2023.

Na sequência aparecem a região da Mantiqueira, com 250 mil litros, Santa Catarina (10 mil litros), Paraná (2,5 mil litros) e Espírito Santo (1,5 mil litros).

Segundo o Ibraoliva, o desempenho reflete tanto a recuperação após a safra prejudicada pelo clima em 2025 quanto a evolução técnica da cadeia produtiva.

A vice-presidente do instituto, Solange Neves, afirmou que o avanço é resultado do aprendizado acumulado pelos produtores e da organização do setor.

"Essa é uma conquista conjunta, construída com a organização dos produtores e a parceria entre institui-

ções públicas e iniciativa privada. Temos avançado no manejo, compreendido melhor os efeitos das condições climáticas e trabalhado para produzir azeites de qualidade", disse.

Ela também destacou que o crescimento da olivicultura impulsiona a economia das regiões produtoras ao estimular atividades ligadas ao turismo rural e ao processamento das azeitonas.

"O Rio Grande do Sul concentra a maior área plantada e uma produção expressiva. Quando uma região se torna exemplo de produção, ela agrega valor para toda a comunidade, movimenta o município e cria oportunidades ligadas ao turismo", afirmou. CNN

Ministério da Agricultura é 2º com maior volume de "emendas ocultas"



O Ministério da Agricultura e Pecuária concentrou mais de R\$ 155 milhões em emendas de comissão com beneficiários indicados por meio das chamadas "emendas de liderança" em 2025, e descentraliza execuções em suas superintendências regionais, segundo levantamento divulgado nesta terça-feira pela Transparência Brasil.

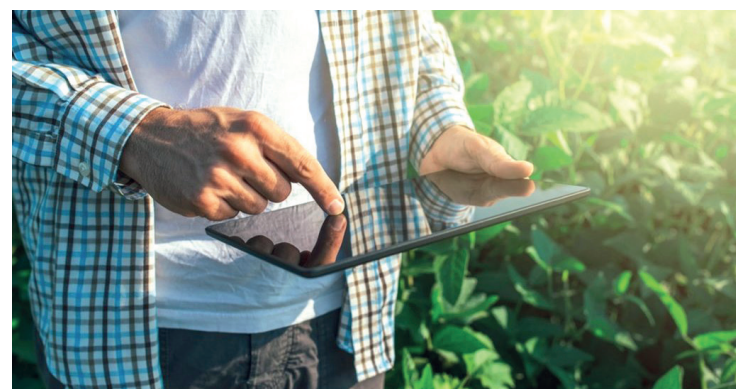
O valor representa cerca de 19% do que foi empenhado em emendas de comissão do Congresso, mas que não tiveram rastreabilidade completa dos recursos públicos. No total, o relatório afirma que R\$ 821 milhões em emendas empenhadas em 2025 não puderam ser totalmente identificadas.

Os motivos? A organização afirma que o problema decorre da ausência de um

identificador único para cada indicação de beneficiário final, seja ela feita pelas lideranças partidárias ou por parlamentares individualmente.

O estudo aponta que os dados registrados nos sistemas do governo federal, reproduzidos no Portal da Transparência, utilizam campos de informação diferentes daqueles presentes nos documentos divulgados pelo Congresso sobre a escolha dos beneficiários.

Conforme o relatório, a maior parte desses recursos foi destinada à execução direta, principalmente por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e das superintendências regionais do Mapa.

CNN


Café perde força em Nova York com pressão da safra brasileira



O mercado do café encerrou a sessão desta terça-feira (14) em queda na Bolsa de Nova York. O contrato do arábica com vencimento em setembro recuou 1,18% e fechou cotado a US\$ 3,26 por libra-peso.

Segundo o Barchart, os preços oscilaram ao longo do pregão em um ambiente de baixa liquidez, fator que ampliou a volatilidade das negociações.

Na avaliação da Hedgepoint Global Markets, os fundamentos seguem pressionando as cotações diante da expectativa de uma safra recorde de café no Brasil no ciclo 2026/27. Apesar desse cenário de maior oferta, alguns fatores continuam

dando sustentação ao mercado. Entre eles estão os estoques reduzidos nos países consumidores, o atraso no ritmo da colheita brasileira e o risco de impactos do El Niño sobre a produção em outras origens, o que mantém os investidores atentos ao equilíbrio entre oferta e demanda.

O contrato do cacau com vencimento em setembro encerrou o pregão em queda de 0,62% na Bolsa de Nova York, cotado a US\$ 5.806 por tonelada.

As cotações acumulam a terceira sessão consecutiva de desvalorização, refletindo o alívio nas preocupações com a oferta após notícias divulgadas na última sexta-feira sobre

a evolução das entregas de cacau na Costa do Marfim, principal produtor mundial da commodity.

Agora, as atenções do mercado se voltam para os dados de moagem de cacau do segundo trimestre na Ásia, Europa e América do Norte, que serão divulgados ao longo desta semana e servirão como um importante indicador da demanda global.

As projeções apontam para uma retração de 1,5% na moagem na Europa e de 1% na América do Norte. Em contrapartida, a expectativa é de crescimento de 9% na Ásia, reforçando a recuperação da demanda observada na região desde o primeiro trimestre. CNN

PUBLICIDADE LEGAL

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, para Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da Estok Comércio e Representações S.A., realizada em 22 de janeiro de 2026
Data, Hora e Local: 22/01/2026 às 09:00, de forma exclusivamente digital, realizada na sede social da ("Emissora" ou "Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de 100% dos Debenturistas nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Cláusula 13 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública, sob rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A.", celebrado em 13/12/2024, conforme aditada ("Escritura de Emissão") entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., CNPJ/MF nº 22.610.500/0001-88, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), o Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada da Mobly S.A.) ("Grupo Toky"), a Mobly Tech Ltda. ("Mobly Tech"), a Mobly Comércio Varejista Ltda. ("Mobly Comércio") e a Mobly Hub Transportadora Ltda. ("Mobly Hub" e, quando em conjunto com o Grupo Toky, Mobly Tech e Mobly Comércio, as "Fiadoras" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e o artigo 71, § 3º da Resolução CVM 81, mediante publicação do edital de convocação no jornal "Data Mercantil". **Presença:** Presentes os debenturistas ("Debenturistas") detentores de 100% das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Debêntures"), da 1ª emissão ("Emissão") da Emissora, em circulação ("Debêntures em Circulação", conforme lista de presença de debenturistas anexa à presente ata ("Lista de Presença"). Presentes, ainda, a representante da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme assinaturas constantes no final desta ata. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Victor Noda, e Secretariada pelo Sr. João Targino. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) aprovar, a alteração da cláusula 5.16.1. da Escritura de Emissão e do cronograma de pagamento da Remuneração, constante na referida cláusula para: (i) prorrogar em 60 dias corridos contados da data da AGD a primeira Data de Pagamento da Remuneração, considerando-se como primeira Data de Pagamento da Remuneração 23/03/2026, e as demais no vigésimo terceiro dia de cada mês subsequente e a última na Data de Vencimento, sendo certo, que a Remuneração devida para o referido período de prorrogação será incorporada ao saldo devedor das Debêntures; e (ii) corrigir o método de prorrogação de prazo para seguir a regra prevista na Cláusula 5.19 da Escritura de Emissão, conforme estabelecido pela B3, passando a Cláusula 5.16.1 e o cronograma de pagamento da Remuneração a vigorarem nos seguintes termos: "5.16.1. A Remuneração acumulada entre a Data de Início da Rentabilidade e 23/03/2026 ("Período de Carência dos Juros") será capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em 22/02/2026. O pagamento efetivo da Remuneração, observado o Período de Carência dos Juros, ressaltados os pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, Oferta de Resgate Antecipado, Amortização Extraordinária Obrigatória e/ou Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, será feito em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela de pagamento da Remuneração em 23/03/2026, e a partir dessa data, no vigésimo terceiro dia de cada mês subsequente, exceto com relação à última parcela, a ser paga na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração deverá ocorrer de acordo com o cronograma abaixo disposto:

#	Data de Pagamento da Remuneração	#	Data de Pagamento da Remuneração
1	23 de março de 2026	54	23 de agosto de 2030
2	23 de abril de 2026	55	23 de setembro de 2030
3	23 de maio de 2026	56	23 de outubro de 2030
4	23 de junho de 2026	57	23 de novembro de 2030
5	23 de julho de 2026	58	23 de dezembro de 2030
6	23 de agosto de 2026	59	23 de janeiro de 2031
7	23 de setembro de 2026	60	23 de fevereiro de 2031
8	23 de outubro de 2026	61	23 de março de 2031
9	23 de novembro de 2026	62	23 de abril de 2031
10	23 de dezembro de 2026	63	23 de maio de 2031
11	23 de janeiro de 2027	64	23 de junho de 2031
12	23 de fevereiro de 2027	65	23 de julho de 2031
13	23 de março de 2027	66	23 de agosto de 2031
14	23 de abril de 2027	67	23 de setembro de 2031
15	23 de maio de 2027	68	23 de outubro de 2031
16	23 de junho de 2027	69	23 de novembro de 2031
17	23 de julho de 2027	70	23 de dezembro de 2031
18	23 de agosto de 2027	71	23 de janeiro de 2032
19	23 de setembro de 2027	72	23 de fevereiro de 2032
20	23 de outubro de 2027	73	23 de março de 2032
21	23 de novembro de 2027	74	23 de abril de 2032
22	23 de dezembro de 2027	75	23 de maio de 2032
23	23 de janeiro de 2028	76	23 de junho de 2032
24	23 de fevereiro de 2028	77	23 de julho de 2032
25	23 de março de 2028	78	23 de agosto de 2032
26	23 de abril de 2028	79	23 de setembro de 2032
27	23 de maio de 2028	80	23 de outubro de 2032
28	23 de junho de 2028	81	23 de novembro de 2032
29	23 de julho de 2028	82	23 de dezembro de 2032
30	23 de agosto de 2028	83	23 de janeiro de 2033
31	23 de setembro de 2028	84	23 de fevereiro de 2033
32	23 de outubro de 2028	85	23 de março de 2033
33	23 de novembro de 2028	86	23 de abril de 2033
34	23 de dezembro de 2028	87	23 de maio de 2033
35	23 de janeiro de 2029	88	23 de junho de 2033
36	23 de fevereiro de 2029	89	23 de julho de 2033
37	23 de março de 2029	90	23 de agosto de 2033
38	23 de abril de 2029	91	23 de setembro de 2033
39	23 de maio de 2029	92	23 de outubro de 2033
40	23 de junho de 2029	93	23 de novembro de 2033
41	23 de julho de 2029	94	23 de dezembro de 2033
42	23 de agosto de 2029	95	23 de janeiro de 2034
43	23 de setembro de 2029	96	23 de fevereiro de 2034
44	23 de outubro de 2029	97	23 de março de 2034
45	23 de novembro de 2029	98	23 de abril de 2034
46	23 de dezembro de 2029	99	23 de maio de 2034
47	23 de janeiro de 2030	100	23 de junho de 2034
48	23 de fevereiro de 2030	101	23 de julho de 2034
49	23 de março de 2030	102	23 de agosto de 2034
50	23 de abril de 2030	103	23 de setembro de 2034
51	23 de maio de 2030	104	23 de outubro de 2034
52	23 de junho de 2030	105	23 de novembro de 2034
53	23 de julho de 2030	106	Data de Vencimento"

(ii) autorizar que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas no item acima, incluindo, mas não se limitando à celebração, em até 10 Dias Úteis a contar da aprovação em AGD, do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública, sob rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A." ("Aditamento à Escritura") para alteração da Cláusula 5.16.1, nos termos do item (i) da Ordem do Dia. **Deliberações:** Antes das deliberações, o Agente Fiduciário questionou a Emissora e os Debenturistas acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação às matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese. Instalada validamente a presente AGD, após exame e discussão das matérias da Ordem do dia, restou decidido: (i) 100% dos Debenturistas deliberaram pela suspensão das deliberações das matérias constantes na Ordem do Dia, com a reabertura no dia 23/01/2026, às 14h30. **Disposições Finais:** As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da auditoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus §§ da MP nº 2.200, de 24/08/2001, em vigor no Brasil, reconhecendo a forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz. Na forma acima prevista, a presente ata, bem como demais instrumentos que dela decorrem, caso necessário, podem ser assinados digitalmente por meio eletrônico conforme disposto neste parágrafo. As partes convencionam que, para todos os fins de direito, que a data de início da produção de efeitos da presente Assembleia Geral de Debenturistas será a data da presente ata, ainda que qualquer das partes venha a assinar eletronicamente esta ata em data posterior, por qualquer motivo, hipótese em que as partes, desde logo, concordam com a retroação dos efeitos deste instrumento para a data aqui mencionada. Os termos com iniciais maiúsculas utilizados nesta Assembleia Geral de Debenturistas que não estiverem aqui expressamente definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral de Debenturistas, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, pelo Secretário, pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, § 2º da Resolução CVM 81, registra a presença dos Debenturistas presentes nos termos da lista de presença do Anexo I. São Paulo, 22/01/2026. Victor Noda – **Presidente**; João Targino – **Secretário**. Agente Fiduciário: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Lítza Flores Sester – Procuradora; Andrey Hallak Gabriel – Procurador. Emissora: Estok Comércio e Representações S.A. Victor Noda – Diretor; Marcelo Rodrigues Marques – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 183.570/26-1 em 30/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 – NIRE 35.300.191.234

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de junho de 2026

Data, Hora e Local: No dia 08/06/2026, às 09:30 horas, na sede social da "Companhia", no Município de Barueri-SP. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Marcelo Prudêncio Jacques; e Secretária: Amanda De La Rocque Bassini. **Deliberações da Ordem do dia:** Os acionistas decidiram, por unanimidade: (i) **Eleição de Membro da Diretoria.** Eleger o Sr. **Daniel Carlos Peralles**, RG nº 33.648.876-2 SSP/SP e CPF nº 277.777.458-75, para exercer o cargo de Diretor sem Designação Específica Responsável por Tecnologia da Companhia, com mandato de 2 anos, o qual vigorará até sua recondução ou posse de seu substituto a ocorrer preferencialmente na Assembleia Geral Ordinária de 2028. O Diretor ora eleito declara sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. (ii). **Composição da Diretoria.** Em razão das deliberações anteriores, consolidar a composição da Diretoria nos termos a seguir: **a. Antônio Carlos Soares Junior**, RG nº 9.436.053, SSP/SP e CPF nº 093.016.138-67, no cargo de **Diretor Presidente**; **b. Daniel Carlos Peralles**, RG nº 33.648.876-2 SSP/SP e CPF nº 277.777.458-75, no cargo de **Diretor sem designação específica responsável por Tecnologia da Companhia**; **c. Henrique Antônio Casagrande Dias de Almeida**, RG nº 1544234, SSP/ES e CPF nº 086.507.457-76, no cargo de **Diretor de Operações**; **d. Marcelo Prudêncio Jacques**, RG nº 2263652, SSP/DF e CPF nº 012.324.191-09, no cargo de **Diretor sem designação específica**; **e. Thiago Ferreira da Cunha**, RG nº 28994028 e CPF/ME nº 221.569.858-63, no cargo de **Diretor sem designação específica responsável por Segurança da Informação e Segurança Cibernética**; e **f. Valério Zarro**, RG nº 1.332.834-SSI/SC e CPF nº 457.636.319-00, no cargo de **Diretor Financeiro**. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "D4sign" ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata. Barueri/SP, 08/06/2026. **Mesa:** Marcelo Prudêncio Jacques – Presidente; Amanda De La Rocque Bassini – Secretária. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Soares Junior; Dock LLC Por: Antonio Carlos Soares Junior. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 265.800/26-2 em 06/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Editai de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da **Companhia Brasileira de Cartuchos**, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 8h do dia 22 de julho de 2026, na sede da Companhia, localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) deliberar e aprovar a alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0008-30, atualmente situada na Avenida Papa João XXIII, nº 3.740, Galpão 1, Sítio Sertão, Subdivisão, na Cidade de Mauá/SP, CEP 09370-800; (ii) aprovar o novo endereço da referida filial, a ser fixado em Rodovia Anhanguera s/n, km 15,5, Centro Logístico Anhanguera, Módulos 32 e 33, Mezanino, Parque São Domingos, CEP 05275-000; (iii) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações perante a Junta Comercial, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes; e (iv) tratar de outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 14 de julho de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Moraes Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (14, 15 e 16/07/2026)

Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 68.093.095/0001-79 – NIRE 35.300.467.035

Editai de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Reunião Digital acesso pelo link: <https://teams.microsoft.com/meet/227658723179357?p=detw-ChBZr9rFwI25t2ID da Reunião nº: 227 658 723 179 357>

Ficam convocados os acionistas da **Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S.A. ("Companhia")** para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia Geral"), a ser realizada **no dia 27 de julho de 2026, às 10h00**, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81") e nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (i) aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente exclusão dos Artigos 11 a 15, com a consequente renumeração dos artigos posteriores do Estatuto Social da Companhia; (ii) alterar a forma de representação da Companhia; (iii) aprovar alteração dos procedimentos para a convocação e instalação da Assembleia Geral, com a consequente alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (iv) aprovar a ampliação do rol de matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral, com a consequente alteração do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia; (v) alteração das regras de administração da Companhia, para fins de estabelecer que a administração será exercida apenas por uma Diretoria, a alteração da forma de convocação, presença e instalação das Reuniões de Diretoria, bem como a alteração do rol de matérias de competência exclusiva da Diretoria da Companhia, com a consequente alteração dos Artigos 9º ao 12 do Estatuto Social da Companhia; (vi) aprovar a alteração do objeto social da Companhia para a inclusão das atividades de: (a) fabricação de sobremesas industrializadas prontas para consumo, exceto consumo imediato (CNAE 10.96-1/00); e (b) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (CNAE 77.39-0/99), com a consequente alteração do Artigo 4º, do Estatuto Social da Companhia; (vii) a alteração do objeto social da filial da Companhia localizada na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Rua Carlos Severino da Costa, nº 241, Distrito Industrial, CEP 37.718-263, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.093.095/0008-45 ("Filial Poços de Caldas"); (viii) ratificar a aquisição da totalidade da participação societária detida pela **3L Assessoria Empresarial Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.011.982/0001-94, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, nº 270, Andar 1 e 2 – sobreloja, Pinheiros, CEP 05.413-909, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.226.005.681 ("3L Assessoria"), no capital social da **SF 1122Y Participações Societárias Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Henrique Schaumann, nº 270, Conjunto 2, Bairro Pinheiros, CEP 05.413-909, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.094.463/0001-78, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.269.663.133 ("SF 1122Y"); (ix) ratificar a aquisição da totalidade da participação societária detida pela 3L Assessoria no capital social da **SF 1123Z Participações Societárias Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Henrique Schaumann, nº 270, Conjunto 2, Bairro Pinheiros, CEP 05.413-909, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.094.649/0001-27, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.269.669.981 ("SF 1123Z"); (x) a destituição de parte dos membros da Diretoria; (xi) a recondução do Sr. **Eduardo Murta** do cargo de **Diretor sem Designação Específica** para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia; (xii) a consolidação da composição da Diretoria da Companhia; (xiii) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (xiv) a autorização aos administradores para praticar todos os atos necessários à implementação do quanto deliberado nos itens acima. **Informações Gerais:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Larissa Bertoni e Natalia Bonifácio (Jurídico), e-mails: Larissa.Bertoni@frooty.com.br e Natalia.Bonifacio@frooty.com.br, com o mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e/ ou (iii) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia Geral por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 10 de julho de 2026. **Eduardo Murta** – Diretor. (11, 14 e 15/07/2026)

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,0736 / R\$ 5,0742 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0735 / R\$ 5,0755 *
Turismo - R\$ 5,0994 /
R\$ 5,2794
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: -1,09%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +0,51%
Pontos: 176.641
Volume financeiro: R\$
22,138 bilhões
Maiores altas: Hapvida
ON (+6,98%), Brava
ON (+6,49%), TIM ON
(+2,80%)
Maiores baixas: CSN
Mineração ON (-6,42%),
Ultrapar ON (-2,65%),
Usiminas PNA (-1,79%)
S&P 500 (Nova York):
0,38%
Dow Jones (Nova York):
0,02%
Nasdaq (Nova York):
0,9%
CAC 40 (Paris): 0,03%
Dax 30 (Frankfurt):
0,13%
Financial 100 (Lon-
dres): 0,3%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,74%
Hang Seng (Hong
Kong): 0,52%
Shanghai Composite
(Xangai): 1,36%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): nan%
Merval (Buenos Aires):
-0,18%
IPC (México): 0,82%

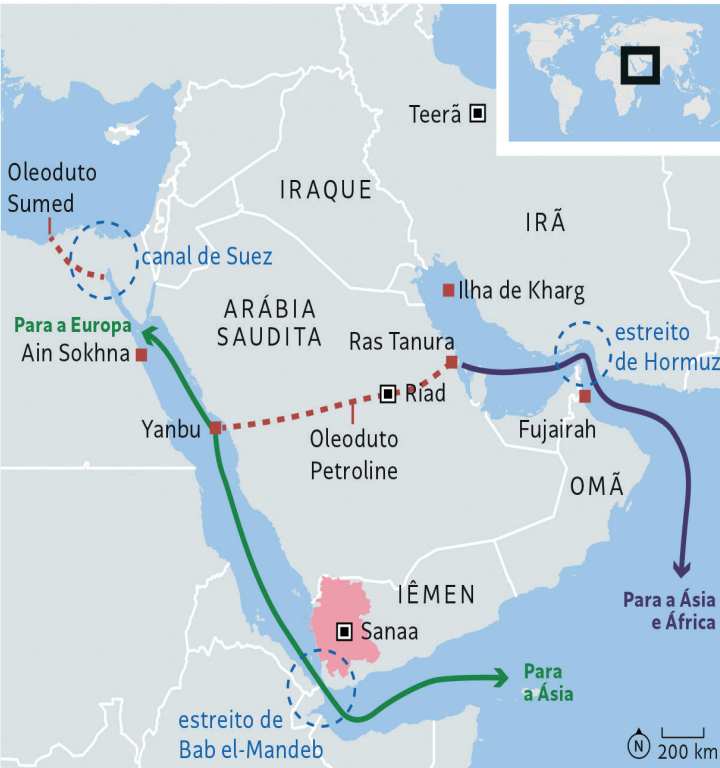
ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%

PUBLICIDADE LEGAL

Cia Nitro Química Brasileira
CNPJ nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/06/2026
Data, Hora e Local: Aos 23/06/2026, às 17hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação. Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas:** Aprovada a contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, denominado Plano Estratégico de Inovação (referência n.º 2649/25), cujas atividades serão custeadas parcialmente de acordo com o Cronograma de Desembolso, que a Companhia declara conhecer, aprovado nos termos das Decisões nº 075/2026, de 07/04/2026, e nº 162/2026, de 17/06/2026, ambas da Diretoria Executiva da FINEP, no valor de até R\$ 87.900.467,00, a ser desembolsado de acordo com o Cronograma de Desembolso aprovado pela FINEP. São Paulo/SP, 23/06/2026. JUCESP nº 273.779/26-6 em 07/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Azul S.A.
CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 - NIRE 35.300.361.130 - Companhia aberta
Ata de Deliberação do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2026
Data, Hora e Local: Aos 30/06/2026, às 13:00, remotamente, tendo sido considerada realizada na sede social da "Companhia", na Cidade de Barueri-SP, na Av. Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré. **Convocação e Presença:** Reunião convocada, considerando a presença de mais da metade dos membros do Conselho de Administração ou sua respectiva manifestação por escrito. **Mesa:** David Gary Neeleman - Presidente; Edson Massuda Sugimoto - Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar a homologação da emissão de 6.904.589 Bônus de Subscrição - Série 4 pela Companhia, tendo em vista o exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 171, § 3º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** David Gary Neeleman - Presidente; Edson Massuda Sugimoto - Secretário. **Conselho de Administração:** David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle e John Peter Rodgerson. Barueri, SP, 30/06/2026. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 265.776/26-0 em 06/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

- Área sob controle de rebeldes houthis
- Pontos de passagem para escoamento do petróleo do Oriente Médio
- Principal rota de exportação antes do conflito
- Rota de exportação secundária, mais utilizada após guerra no Irã
- Principais terminais de petróleo



Emendas de comissão repetem lógica do ‘orçamento secreto’

Partidos com ‘emendas de liderança’ partidária na LOA 2025

	Nº de indicações com autoria da liderança	Valor total indicado, em R\$ milhões
Progressistas	464	427,75
União Brasil	303	288,74
Partido Liberal	234	254,34
Republicanos	260	218,45
Avante	50	29,99
Solidariedade	6	22
Podemos	24	18,98
Total geral	1.341	R\$ 1,26 bilhão

Comissões da Câmara com ‘emendas de liderança’ partidária na LOA 2025

	Nº de indicações com autoria da liderança	Valor total indicado, em R\$ milhões
Saúde	808	818,03
Turismo	199	162,87
Esporte	176	133,76
Integração Nacional e Desenvolvimento Regional	122	102,49
Desenvolvimento Urbano	36	43,12

Fonte: Análise da Transparência Brasil junto aos dados de indicações às emendas de comissão da Câmara dos Deputados na LOA 2025 consolidados pela CMO

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Oncoclínicas pede recuperação extrajudicial para renegociar R\$ 5,1 bi em dívidas



A Oncoclínicas pediu na segunda-feira (13) recuperação extrajudicial, afirmou a companhia em fato relevante. A empresa tenta renegociar um total de R\$ 5,1 bilhões em dívidas com credores.

A Oncoclínicas afirma que os atendimentos e operações seguem normalmente, já que o processo de recuperação extrajudicial não atinge clientes e fornecedores. O pedido de recuperação extrajudicial ainda será submetido à ratificação por uma assembleia de acionistas.

Segundo o documento a acionistas divulgado nesta terça-feira (14), a companhia tem a adesão de 37% dos credores em um plano para reestruturar os débitos, prevendo aporte de acionis-

tas, conversão de dívidas em papéis da empresa, refinanciamento de passivos ou alongamento dos prazos de pagamento.

Fundada em 2010 pelo oncologista Bruno Ferrari, a Oncoclínicas é a maior rede privada de tratamento oncológico do Brasil. São 142 unidades em 49 cidades. Segundo relatório recente, mais de 1.700 médicos especializados em oncologia integram a companhia, que realizou cerca de 593 mil tratamentos nos últimos 12 meses encerrados no 1º trimestre deste ano.

Em 2021, a companhia realizou sua abertura de capital na bolsa e iniciou um movimento de expansão agressiva, com uma estratégia de aquisições de hospitais de alta complexidade. Isso fez com que a rede am-

pliasse significativamente sua alavancagem.

O ponto de virada do período aconteceu em 2024, quando o Banco Master se tornou sócio relevante. Inicialmente, a companhia de Daniel Vorcaro adquiriu 10% de participação na Oncoclínicas com a compra de ações através dos fundos Nautilus e Montenegro. Em julho daquele ano, o Master consolidou uma fatia de 20,18% do capital social da rede com um aporte adicional pelos fundos Quíron e Tessália.

Recentemente, as compras do Master foram revistas no Cade por configurarem gun jumping, termo utilizado para operações que superam o piso de 20% do controle sem que o órgão seja notificado.

Folhapress

Boeing registra maior número de entregas no primeiro semestre desde 2018

A Boeing divulgou nesta terça-feira (14) que entregou 64 jatos comerciais em junho, em comparação com 60 no mês anterior e em junho de 2025.

Nos primeiros seis meses de 2026, a fabricante de jatos entregou 314 aeronaves, um aumento de 12% em relação ao mesmo período do ano passado e o maior número de entregas em um primeiro semestre desde 2018.

A companhia norte-americana está atrás da rival europeia Airbus, que entregou 89 jatos em junho e 351 no primeiro semestre do ano.

A expectativa é de que as entregas da Boeing aumentem no segundo semestre do ano, devido ao incremento na produção do seu modelo mais vendido, o

737 MAX.

Atualmente, a empresa está aumentando a produção do 737 de 42 para 47 aeronaves por mês.

As entregas da Boeing em junho incluíram 42 aeronaves 737 MAX e 13 aeronaves 787. As entregas do 787 incluíram cinco jatos que haviam sido retidos devido a atrasos na certificação de assentos para a companhia aérea Riyadh Air.

A fabricante de aviões entregou três cargueiros 777 e cinco 767, incluindo três para conversão em aviões-tanque de reabastecimento aéreo KC-46 pela divisão de defesa da Boeing.

Em junho, a Boeing registrou 121 novos pedidos e oito cancelamentos, resultando em um total líquido de 113 novos pedidos.

CNN



'Sem plano B', indústria aguarda decisão dos EUA sobre tarifas e torce por isenção



Setores industriais potencialmente afetados pelas novas tarifas que os EUA podem aplicar contra o Brasil preveem um cenário de difícil adaptação e torcem para serem incluídos na lista de exceções.

As indústrias brasileiras de ferro-gusa (matéria-prima do aço), madeira processada e calçados, todas com dependência relevante do mercado americano, dizem que seria impossível redirecionar exportações no curto prazo e projetam um combo de diminuição da produção com possível corte de vagas.

Em junho, o USTR (Escritório do Representante Comercial dos EUA), ligado

à Casa Branca, concluiu uma investigação comercial apontando que o Brasil lança mão de práticas concorrenciais injustas e discriminatórias.

Citando áreas tão diversas como mercados financeiros, etanol e desmatamento, o relatório do órgão americano sugere a aplicação de uma tarifa de 25% sobre o Brasil. Cabe ao presidente americano, Donald Trump, decidir sobre a aplicação dessa taxa até quarta-feira (15).

"Nós não temos um plano B, por ter essa distribuição bem consolidada ao redor do mundo da produção brasileira", diz Paulo Pupo, superintendente da Abicim (Associação Brasileira da

Indústria de Madeira Processada Mecanicamente).

Hoje, os EUA respondem por 50% das exportações nacionais de itens como molduras de madeira -que já são produzidas para atender aos requisitos da construção civil daquele país- chapas de compensado, pallets, portas, pisos e a madeira serrada, usada nas cercas de madeira das casas de subúrbio vistas nos filmes americanos.

O setor, concentrado no Sul do país, vinha se recuperando do tarifaço de 40% que vigorou de julho de 2025 a fevereiro de 2026. No período, o setor reduziu a produção, deu férias coletivas e fez algumas demissões.

Folhapress